

Estado Burguês, Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil (1930-1980)¹

Glauber Lopes Xavier²

Introdução

É sabido que, à luz do pensamento marxista, ao modo pelo qual o Estado se organiza corresponde determinado arranjo entre as classes sociais, o que pode ser garantido tanto por meio do pacto de compromissos sob condições democráticas quanto por meio da ordem social sustentada pelo autoritarismo. Dado o caráter periférico e dependente da economia brasileira, seu processo de industrialização, decorrido entre as décadas de 1930 e 1980, se estabeleceu de modo *sui generis*, demandando um certo tipo de Estado e valendo-se de um determinado modelo de aliança entre sua burguesia, a burguesia estrangeira e as demais classes sociais envolvidas. Para cada estágio da industrialização foi requerido um determinado papel por parte do Estado e este se fez estabelecer segundo as acomodações, conflitos e contradições que emergiam do confronto entre a classe dominante e a classe dominada. Nesses termos, o Estado se manifesta então como:

I – *forma desenvolvida na socialização do processo de produção*, resposta contraditória do modo de produção dominante à contradição entre forças produtivas e relações de produção; II – *instrumento de dominação e hegemonia* a serviço da classe dominante; III – *espaço de enfrentamento*, de equilíbrio

¹ O resumo que deu origem a este trabalho foi apresentado na 8ª Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, evento realizado na cidade de Buenos Aires, Argentina, entre os dias 19 e 23 de novembro de 2018.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Realizou estágio pós-doutoral no CPDA/UFRRJ. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás e do PPGSS em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). É autor de dois livros na área de Sociologia Rural. Seu artigo mais recente se intitula “MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva”, publicado pela revista *Confins* (Paris). E-mail para contato: glauberlx@gmail.com

‘instável’ (Engels) entre forças políticas antagônicas, o que leva a fazer concessões às classes dominadas para salvaguardar os interesses de longo prazo da classe dominante; IV – *espaço de ruptura ou de transição* entre uma classe dominante declinante e uma classe dominada ‘ascendente’ (Gramsci). Ruptura ou transição que se traduzirá por uma decomposição do aparelho ou dos aparelhos hegemônicos do Estado, minados em seu interior por esta forma aberta da luta de classes. (LOJKINE, 1981, p. 56, grifos do autor).

Acerca do processo de industrialização brasileiro, o êxito alcançado deveu-se mais ao tipo de industrialização adotado, via substituição de importações, ancorado num primeiro momento em um Estado que conseguiu compatibilizar os interesses das classes sociais, do que por razões inerentes à própria dinâmica de acumulação de capital. Ou seja, a expansão e consolidação da indústria nacional não poderiam ter sido logradas sem que o Estado tivesse ocupado uma posição de centralidade, canalizando os capitais e fornecendo toda sorte de sustentação ao projeto representado pela burguesia industrial. Ao ponderar que após a experiência alemã em nenhum outro país a industrialização em ritmo acelerado foi possível sem o apoio do Estado, Fiori assevera que:

Em todas elas, coube ao Estado, como no Brasil, além de suas funções clássicas, o papel de construtor de infra-estrutura, produtor de matérias-primas e insumos básicos, coordenador dos grandes blocos de investimento e de importante instrumento de centralização financeira. (FIORI, 1995, p. 59)

O propósito deste artigo consiste em problematizar o papel do Estado no processo de industrialização no Brasil, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), Juscelino Kubistchek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1974-1979), os quais representaram verdadeiros pontos de inflexão nos rumos tomados pela economia do país. Tal esforço resultou numa análise das etapas do processo de industrialização, bem como das principais políticas de planejamento levadas a cabo durante tais governos. Dividido em três partes, seu conteúdo contempla as seguintes discussões: a) a industrialização “restringida” e a formação do Estado burguês no Brasil, momento no qual é enfatizado o projeto varguista e o populismo que o acompanha; b) a industrialização pós 1956, contexto no qual a indústria nacional alcança estágios superiores (mormente a indústria automobilística) e a relevância do Plano de Metas e c) a consolidação da indústria nacional, tendo alcançado setores pesados e, para tanto, se apoiado em um Estado autoritário. Sobre este período, é dado

destaque ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual foi primordial para a consolidação da indústria nacional em seu estágio mais avançado.

O artigo consiste, ainda, em uma revisão crítica acerca do processo de industrialização brasileiro que se fez observar entre 1930 e 1980, período de intensas e complexas transformações políticas e econômicas, marcado por acelerada modificação na estrutura produtiva e por alterações substanciais no papel ocupado pelo Estado. Metodologicamente lançou-se mão de aportes teóricos oriundos do chamado método histórico-estrutural, o qual teve, em Celso Furtado, um de seus principais expoentes, bem como da chamada teoria marxista da dependência, sendo um de seus principais formuladores o cientista social Ruy Mauro Marini e cuja obra teve ressonância em boa parte da América Latina.

A Era Vargas e a Industrialização “Restringida”

A industrialização brasileira remete ao final do século XIX, período em que a relevância na produção manufatureira se dava, sobretudo, em setores insipientes em tecnologia, tais como os setores de alimentação, bebidas, vestuário, móveis, dentre outros³. Contudo, a partir dos primeiros decênios do século XX este quadro sofreu alterações, tendo emergido novos setores, bem como novos ramos industriais, os quais requeriam, além de tecnologias mais aprimoradas, maior volume de capitais e de mão de obra especializada. Muitos setores foram impulsionados a partir da Primeira Guerra Mundial em decorrência da interrupção do fluxo de mercadorias importadas. “Os investimentos industriais foram então expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raio.” (SUZIGAN, 1986, p. 347).

Em todo caso, ainda que tais ramos tenham se estabelecido, a indústria nacional seguiu tendo como característica básica o processamento de produtos primários e a manufatura tecnologicamente pouco avançada. O contexto da Era Vargas, deflagrada pelo golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930, contando com amplo apoio dos militares, e pela vigência do Estado Novo a partir de 1937,

³ Sobre o processo de constituição e desenvolvimento da indústria brasileira com base em distintas concepções teóricas, ver: Suzigan (1986); Peláez (1972); Baer (1979) e Dean (1971).

investiu o Estado de um caráter autoritário e o levou a assumir um papel central na condução da economia nacional. Foi nesse contexto que várias instituições públicas foram criadas, como empresas estatais, além da modernização de sua burocracia. Foi levada a efeito, ainda, ampla reforma administrativa e financeira, sendo que o Estado Nacional se tornou ainda mais fortalecido perante suas Unidades Federativas. Naquela quadra histórica houve, segundo a compreensão de Ianni (2009), a transição de um Estado Oligárquico para um Estado Burguês.

Com efeito, o Estado deixou de atender prioritariamente aos interesses das oligarquias cafeeiras e passou a atuar, ademais do apoio aos primeiros, segundo as demandas dos industriais, comerciantes, trabalhadores urbanos e demais setores da sociedade. No que concernem os conflitos entre as classes sociais, o autoritarismo do Estado-Novo implicou na repressão das lutas engendradas pelos trabalhadores, principalmente urbanos. Tais lutas vinham se intensificando desde meados da década de 1920, momento que inaugurou as greves operárias e, com elas, o recrudescimento de medidas repressivas por parte do Estado. (FAUSTO, 2016). No plano do pensamento social, eram disseminadas interpretações sobre a realidade política, econômica, social e cultural brasileiras de cariz nacionalista e autoritário, às quais “[...] concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não-controladas.” (FAUSTO, 2001, p. 46).

No tocante à administração pública, o governo Vargas foi marcado pela modernização dos quadros burocráticos e a criação de diversas instituições, além do aperfeiçoamento daquelas já existentes. “Um arcabouço institucional completo que, ainda quando envelhecesse, seria a matriz que viabilizaria, do ponto de vista estatal, a nossa modernização industrial.” (FIORI, 1995, p. 64). Para que o leitor possa ter uma noção da amplitude dessas mudanças, foram criados os seguintes órgãos no âmbito do serviço público federal: o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932; o Conselho Federal do Comércio e o Instituto Nacional de Estatística, em 1934; o Conselho Brasileiro de Geografia e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937; o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938. (IANNI, 2009). Destaque deve ser conferido, ainda, à

criação de empresas estatais decisivas para o processo de expansão e consolidação da indústria brasileira, como a Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1941.

No âmbito destas instituições, os intelectuais comportaram papel decisivo enquanto elite burocrática, mormente o de garantir, no plano da educação e da cultura, a vigência do ideário nacionalista. “No Brasil, o nacionalismo adquiriu especial ênfase nos anos 1930-1945, quando foi incorporado ao nível das decisões sobre política econômica.” (IANNI, 2009, p. 72). Por meio do sofisticado trabalho realizado pelos intelectuais, foi engendrada, inclusive, uma cultura oficial, garantindo que o Estado atuasse consoante não apenas os propósitos da acumulação, mas, para além disso, segundo as aspirações ideológicas das elites nacionais, emanadas pelo nacionalismo há pouco mencionado.

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma ‘intelligentzia’ e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. (MICELI, 2001, p. 197-198),

Um exemplo seminal do importante papel ocupado pelos intelectuais durante o governo Vargas tratou-se da querela entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín⁴ em torno da problemática do planejamento. De um lado, Roberto Simonsen, à época relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) defendia a adoção por parte do governo de políticas de proteção à indústria e, de outro, o reconhecido intelectual liberal Eugenio Gudín, ocupando à época a relatoria da Comissão de Planejamento Econômico, rechaçava o protecionismo e a intervenção estatal. Referindo-se ao debate, Motta (1994, p. 94) fez a seguinte afirmação: “[...] ele se constituiu em elemento fundamental da criação do espaço social a ser ocupado pelos economistas, na medida em que promoveu o reconhecimento do saber econômico como um dado relevante no jogo político.”

⁴ A famigerada “controvérsia do planejamento dos anos 40” resultou na obra “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e disponibilizada por meio do link: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_simonsen_gudin_vol03.pdf>

O reconhecimento do saber econômico, assim como de outros campos do conhecimento, aprofundou o papel ocupado pelas chamadas novas elites burocráticas, bem como de outros segmentos sociais das camadas médias urbanas. Ademais, o intervalo reconhecido como varguismo na política brasileira significou, grosso modo, a emergência de novos interesses advindos de estratos sociais até então anódinos na composição da sociedade nacional, bem como a atuação do Estado com o claro propósito de acomodá-los em torno de alianças que passaram a ter, nele próprio, a salvaguarda de suas demandas.

Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas – em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários – que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para a formulação e execução da política econômica. (IANNI, 1975, p. 56).

Sobre esta atuação, cabe destacar o estabelecimento de um salário mínimo em 1939 e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, por meio do Decreto-Lei n.º 5.452, em 1º de maio de 1943. É certo que a instituição do salário mínimo e a legislação trabalhista asseguraram a formação e a ampliação da força de trabalho urbana e, portanto, incrementaram o mercado consumidor nacional. Há que se ter em conta, no entanto, que os níveis salariais fixados para determinadas categorias de trabalhadores não seriam compatíveis com os valores que poderiam ter sido estabelecidos desde que, para tanto, houvesse livre barganha entre estes e os empresários.

Assim, os salários teriam sido fixados tomando por base a subsistência do trabalhador ou o estritamente necessário para sua reprodução. “[...] a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a.” (OLIVEIRA, 2003, p. 39, grifos do autor). Convém assinalar que a crítica de Chico de Oliveira teve como alvo as explicações dualistas acerca da problemática do subdesenvolvimento brasileiro, inclusive a explicação de tradição cepalina. No particular ao salário mínimo instituído por Vargas, o cientista político Armand Dreifuss comunga da concepção de Chico de Oliveira, asseverando que:

Tal política apresentava ainda dois benefícios significativos quanto à acumulação capitalista: primeiramente, ao determinar os salários institucionalmente, essa política permitia um cálculo econômico efetivo, enquanto o aumento de produtividade não era incorporado ao aumento dos salários. Em segundo lugar, um efeito importante da imposição de um salário mínimo foi a cooptação das classes trabalhadoras, mostrando assim a 'face admissível do corporativismo'. O Estado então foi projetado e percebido como protetor dos pobres, tendo à frente a figura paternalista de Getúlio Vargas. (DREIFUSS, 1981, p. 24-25).

A incorporação das massas ao consumo, naquele contexto, possui correlação com a emergência do populismo⁵ na política brasileira, o qual, associado ao nacionalismo de cariz autoritário, foi a marca do Estado Novo. Tal populismo foi a face do Estado "provedor" na economia periférica, bem distante do Estado de bem-estar social que emergiu nas economias centrais no pós segunda guerra. "Nesse sentido, em vez do Estado de bem-estar social, o que temos é uma combinação permanente e alternada de paternalismo e repressão." (FIORI, 1995, p. 46). Em seu famoso texto *Além da Estagnação*, escrito em parceria com José Serra, Tavares (1979) afirma que a industrialização extensiva, a qual abrange amplas camadas da população e é direcionada aos bens de consumo das famílias (*wage goods*⁶), requer a incorporação dos assalariados. Noutros estágios da industrialização, a dinâmica de acumulação capitalista reverberará politicamente em modelos particulares de alianças e acomodações de interesses, o que examinaremos ao tratar do nebuloso momento político que levou ao golpe militar de 1964.

Em face do conturbado contexto internacional, marcado por uma grave crise econômica no decurso da década de 1930 e pela eclosão da segunda guerra mundial, a economia brasileira tomou um rumo distinto daquele trilhado até então, voltando-se para os interesses domésticos e operando segundo as demandas da industrialização. Na esteira de outras experiências compartilhadas por economias tidas como atrasadas, teve início um vigoroso processo de industrialização via substituição de importações, propiciado pelas condições típicas de um contexto bélico e pela atuação do Estado Nacional. As transformações que se sucederam no âmbito da economia internacional

⁵ "O populismo, comparado ao nacionalismo, poderia ser caracterizado como expressão tópica e espontânea do processo de incorporação das massas ao regime político, enquanto o nacionalismo aparece como expressão global e ideológica deste mesmo processo." (WEFFORT, 1980, p. 54).

⁶ Bens-salários, ou seja, mercadorias indispensáveis à reprodução da força de trabalho dos assalariados e de suas famílias.

conduziram a mudanças internas em face das exigências requeridas pelo novo quadro de divisão internacional do trabalho. A exportação, até então a variável chave para a obtenção da renda nacional, cedeu lugar ao investimento e, com isto, uma economia que era anteriormente voltada para fora deu lugar a uma economia voltada para dentro.

No que concernem as explicações acerca desse processo, é importante mencionar que surgiram duas grandes concepções teóricas. A teoria cepalina⁷, na qual se filiavam tanto Celso Furtado quanto Maria da Conceição Tavares, atribuía o surgimento da indústria nacional ao choque adverso produzido pela Grande Depressão e pela queda nas exportações de café. A segunda corrente de pensamento, da qual comungavam Warren Dean e Carlos Manuel Peláez, tributava a industrialização à expansão das exportações. Ou seja, o primeiro seria resultado direto do segundo. Por outro lado, a chamada corrente do capitalismo tardio, ao perscrutar um capitalismo dependente, e tomando por base os fundamentos da teoria cepalina, foi capaz de promover um alcance maior da formação econômica e social brasileira, conforme apontou Suzigan (1986).

A grande contribuição da chamada “ótica do capitalismo tardio” residia na admissão de que o setor exportador foi crucial para o advento da indústria nacional, sem deixar de reconhecer, contudo, que a Grande Depressão significou um ponto de inflexão na história econômica brasileira. Para esta corrente, a indústria nacional emergiu do setor exportador cafeeiro, embora o tenha suplantado apenas na década de 1950, quando a indústria de bens de consumo e a indústria de bens de capital estavam relativamente consolidadas. Em seu estudo, Suzigan (1986) aponta duas lacunas que, todavia, não implicaram na invalidez da corrente em análise: Primeiro, o fato de que tivera início, ainda nos anos 1920, um processo de diversificação industrial, em parte impulsionado pelo setor agrícola-exportador e, em segundo, de que importadores e imigrantes

⁷ A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos. [...] A motivação original para a inclinação cepalina pelas tendências históricas é conhecida. A agenda de reflexão e investigação inaugurada por Prebisch em 1949 compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário exportador, *hacia afuera*, ao modelo urbano-industrial, *hacia adentro*.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20, grifos do autor).

constituíram a gênese da burguesia industrial e não os cafeicultores, conforme defendido pela tese de Cardoso de Mello (1988).

A despeito das lacunas acima mencionadas, importa ter em conta que durante o período de vigência de modelo agroexportador na economia brasileira, o quadro de divisão internacional do trabalho fora imposto pelo próprio processo de desenvolvimento econômico das principais economias mundiais. (TAVARES, 1977). É certo que o caráter “reflexo” da economia brasileira, conforme definição de Furtado (2007), a tornava mais vulnerável aos desequilíbrios do setor externo. Dado que o café possui baixa elasticidade-demanda, sérias dificuldades econômicas se impunham quando havia queda no preço deste que era o principal produto nacional de exportação. No entanto, como a industrialização se dera sem que, para tanto, tenham se modificado determinados elementos estruturais da economia, é forçoso admitir que se manteve a dependência da economia brasileira diante das economias avançadas, adrede tenha sido alterada a sua natureza.

Tavares (1977) expõe da seguinte maneira a evolução do setor externo e as alternativas do processo de substituição de importações: 1º período (1929-1945) - observa-se forte redução do coeficiente de importações, o que leva à substituição das importações de bens não duráveis de consumo final; 2º período (1945-1955) - contexto favorável à capacidade de importações, o que permite o avanço da substituição de importações nos ramos de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital; 3º período (Pós 1954) - Condições externas desfavoráveis. Redução da capacidade de importações, o que não impediu a continuidade do processo de industrialização.

Ao período que vai até 1955, o economista João Manuel Cardoso de Mello (1988) denominou de industrialização “restringida”, cuja marca principal foi a ausência de condições para que tal processo se estabelecesse de forma autossuficiente, ou seja, que a capacidade produtiva se alterasse consoante a ampliação da demanda e que, ademais, ocorresse progresso tecnológico. Estas condições garantiriam a reprodução ampliada do capital, isto é, que o investimento, variável central do Departamento dos Bens de Produção (Departamento I) aumentaria nas mesmas proporções em que aumentariam o

Consumo dos capitalistas (Departamento II) bem como dos trabalhadores (Departamento III) conforme a equação marxista de reprodução postulada por Kalecki (1977).

Enquanto os países desenvolvidos encontraram, fora de suas economias, condições para a reprodução ampliada de seu capital, os países subdesenvolvidas, como era o caso brasileiro, se integraram à dinâmica reproduzindo uma industrialização cuja ampliação do consumo dos capitalistas extrapolava o nível de investimentos em sua própria indústria, estancando o processo de avanço da própria industrialização e de diversificação de sua capacidade produtiva. O êxito das economias avançadas era oriundo de uma acumulação a longo prazo, considerando que o progresso tecnológico, *per se*, não era capaz de criar a demanda efetiva necessária. Em seu estudo das contribuições de Rosa Luxemburgo e do Tugan-Baranovski acerca da reprodução ampliada do capital, Kalecki aponta que Luxemburgo estava correta ao perceber a relevância do mercado externo⁸ para a prosperidade da acumulação nos países avançados. Equivocava-se, porém, ao considerar que sem esta iniciativa tais países não encontrariam condições para a promoção do avanço. Acerca da contribuição de Tugan-Baranovski, Kalecki aponta que este estava correto ao perceber o caráter antagônico do modo de produção capitalista, equivocando-se, porém, ao afirmar que este antagonismo poderia ser contornado por meio da aplicação adequada do produto nacional a fim de se evitar o entrave da demanda efetiva.

A lacuna da demanda (in) efetiva interna poderia ser preenchida caso fosse levado a cabo um processo de incorporação de setores não capitalizados da economia, a exemplo da indução ao assalariamento no campo. Esta foi, segundo Kalecki (1977), a hipótese levantada por Rosa Luxemburgo. No caso brasileiro, o desenvolvimento de seu capitalismo permitiu uma parcial capitalização do setor primário, isto é, sua incorporação aos circuitos de acumulação financeira e industrial. Por outro lado, esta capitalização não foi capaz de promover a

⁸ O mercado externo, conforme expõe Rosa Luxemburgo (1976) em sua obra *A acumulação de capital* não se refere apenas aos mercados estrangeiros. Ou seja, é possível que haja mercado externo ainda que nos limites territoriais de um dado país. Mercado externo, portanto, assume o sentido de uma parcela de um dado território e sua população que não foram, ainda, incorporados ao capitalismo.

inserção de um grupo considerável de agricultores nos mercados. “Foi a expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a produção agrícola no Brasil sem necessidade de redistribuir a propriedade agrária.” (SILVA, 1982, p. 62).

No plano social, os meados da década de 1940, nos estertores da segunda guerra mundial, serão marcados pela piora das condições de vida da classe trabalhadora. É o crepúsculo do Estado Novo varguista, cujas bases haviam erodido. Isto repercutirá na organização da classe em torno de uma série de reivindicações por melhores salários, a despeito do controle exercido pelo Estado sobre os sindicatos. “Estava se tornando claro para as classes dominantes que novas formas de governo teriam de substituir as medias coercitivas do Estado Novo.” (DREIFUSS, 1981, p. 26). Diante desta situação, o esforço de Vargas em promover um novo pacto de compromissos capitaneado pela burguesia industrial fracassou.

Antes que Getúlio Vargas conseguisse consolidar sua estratégia e formar um novo bloco de poder, o Exército, tendo como ponta de lança os oficiais da FEB, entrou em ação e o depôs, apoiado por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes média e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil. (DREIFUSS, 1981, p. 28).

O desfecho do Estado Novo significou, em termos econômicos, o encerramento de um ciclo de industrialização sob condições favoráveis, contando com a ampla participação do Estado na condução das políticas de investimento. “Ao término do Estado Novo, estavam sob a órbita estatal de atuação e relativo controle a moeda e o crédito, o comércio exterior, a gestão da força de trabalho e os salários, além de uma estrutura tributária em transformação [...]” (DRAIBE, 2004, p. 111). O governo seguinte, do Marechal Eurico Gaspar Dutra, consistiu numa aliança política capitaneada pelo poder oligárquico-empresarial, com bastante similaridade ao bloco de poder que teve vigência durante o Estado-Novo. Sobre esse período, importa ressaltar a criação da Constituição de 1946 e a crescente importância assumida pelo Partido Comunista que, nas eleições de 1947, foi o quarto partido mais votado no âmbito dos estados e venceu a UDN em São Paulo, tendo sido o terceiro partido em número de votos. Ainda em 1947, o Partido Comunista foi, por determinação judicial, declarado ilegal. “A frágil ‘sociedade civil’, um legado do Estado Novo, não era

uma estrutura apropriada de contenção das classes trabalhadoras, tornando difícil a institucionalização do regime.” (DREIFUSS, 1981, p. 29).

Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas retorna ao poder e imprime um governo com importante participação dos setores conservadores da sociedade. No plano econômico, verifica-se um estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, notadamente o recrudescimento de investimentos norte-americanos. Tais medidas não significaram, todavia, o abandono do projeto nacional-desenvolvimentista que nutria as aspirações políticas de Vargas. Talvez o maior trunfo nesse sentido tenha sido a criação, por meio da Lei Federal nº 2004, de 3 de outubro de 1953, da Petrobrás. Esta mesma Lei estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, medida crucial para os rumos do processo de industrialização no Brasil. Apesar da acomodação de interesses que se estabeleceu durante o segundo governo Vargas, promovida pela aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro, havia, por parte do governo, o intento de se conformar um projeto de industrialização com certos limites em relação aos interesses das multinacionais.

Esta teria sido, segundo a análise de Dreifuss, uma das principais motivações do golpe de 1954, tendo culminado no suicídio de Vargas⁹. (DREIFUSS, 1981). Em sua análise sobre o fracasso do modelo varguista, cuja principal meta consistia na promoção do desenvolvimento calcado no nacionalismo e, portanto, na atuação do Estado em nome dos interesses da indústria nacional, Fiori (1995, p. 80, grifos do autor) assevera que “Vargas naufragou porque lhe faltou o apoio interno prussiano em 1939. E fracassou novamente porque não obteve o apoio externo *associado* em 1953.” Vargas teria sido, segundo Fiori, um *prussiano desfigurado*, cujos arroubos progressistas teriam sido premidos pelo conservadorismo inerente à burguesia brasileira, especialmente a agrária. O interregno entre o governo Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pela maior facilidade de penetração do capital estrangeiro, o que favoreceu sobremaneira as corporações multinacionais.

⁹ Segundo Dreifuss (1981, p. 33): “Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas.”

Destaque-se a importância da Instrução n.º 113¹⁰, da Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC, por meio da qual os investidores estrangeiros encontraram condições facilitadas para a aquisição de máquinas e equipamentos valendo-se da cobertura cambial garantida pelo governo.

A Instrução 113 representou, portanto, um *incentivo cambial* às empresas estrangeiras e acelerou o processo de internacionalização da economia brasileira, incentivando os empreendimentos associados e gerando a desnacionalização de alguns setores antes dominados pelo capital nacional, tais como a indústria farmacêutica. (LEOPOLDI, 2000, p. 245, grifos da autora).

Ao tempo que os debates em torno do planejamento e da industrialização tomavam vigor¹¹, os planos econômicos se tornavam cada vez mais sofisticados, com diretrizes claras e objetivos bem definidos. Este foi o caso do Plano de Metas, proposto pelo presidente Juscelino Kubistchek, cuja ascensão ao poder, em 1956, “[...] aparentemente baseada na mesma correlação de forças políticas do regime de Getúlio Vargas, implementou uma política de desenvolvimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de ‘desenvolvimento associado’ [...]”. (DREIFUSS, 1981, p. 34). Sobre o processo de industrialização e o Plano de Metas tratará o momento seguinte.

O Governo JK e o Plano de Metas

A propositura do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubistchek consistiu, pelo escopo de suas formulações, por sua amplitude e pelos instrumentos utilizados, na “[...] primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil.” (LAFFER, 2010, p. 30). É certo que o cabedal de informações documentadas e de volumosos relatórios contendo extensos diagnósticos acerca da economia brasileira propiciaram um arsenal de dados para a formulação do Plano. Além disso, a mobilização da burocracia estatal, mormente de seus quadros técnicos, em parceria com a iniciativa privada, tratou-se de um importante fator para os êxitos alcançados. Há que se considerar que o aperfeiçoamento de tais quadros remonta à Era Vargas, o que se deu *pari*

¹⁰ Informações detalhadas sobre a Instrução n.º 113, ver: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>>

passu a criação de instituições fundamentais para a racionalização da administração pública. Sobre esse histórico:

A partir da década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia a economia brasileira. Entretanto, o que se pode dizer a respeito dessas tentativas até 1956 é que elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen (1944-1945); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil-EUA. (1951-1953); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte (1948); mais medidas puramente setoriais como é o caso do petróleo ou do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito. (LAFFER, 2010 p. 29-30).

Posto em prática, o ousado Plano de Metas interferiu em cinco setores estratégicos para o processo de industrialização, sendo eles: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, dentre os quais os três primeiros representavam *pontos de estrangulamento*¹² da economia brasileira. (LAFFER, 2010). “De fato, como já tinha apontado a Comissão Mista Brasil-EUA, o desequilíbrio de desenvolvimento econômico brasileiro tinha provocado uma demanda insatisfeita de infra-estrutura [...]” (LAFFER, 2010, p. 35). Além *dos pontos de estrangulamento*, o Plano previa o conceito de *ponto de germinação* para se referir às obras de infraestrutura que, por sua natureza, promoveriam externalidades positivas. O melhor exemplo foi a construção de Brasília, com o que novas atividades foram impulsionadas, ademais dos investimentos em transportes devido à ocupação e integração do centro geográfico do país às demais regiões.

Conforme apontado, o Plano continha um apetrechado conjunto de instrumentos para sua implementação, dentre os quais deve-se destacar a interdependência setorial e a previsão de demandas derivadas, por meio dos quais foi possível planejar consoante o cumprimento das metas e o surgimento de novas demandas. Ressalte-se a coordenação, prevista pelo Plano, das decisões atinentes ao comércio exterior, tendo em vista o planejamento da substituição de importações. Ademais, a criação de Grupos Executivos, a exemplo do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), dotou a administração de maior racionalidade, dando a ela o caráter de administração paralela.

¹² “O conceito de *ponto de estrangulamento*, isto é, a percepção de que existiam certas áreas de demanda insatisfeitas que estrangulavam a economia justificou basicamente o planejamento dos setores de *energia, transportes e alimentação*. (LAFFER, 2010, p. 35, grifos do autor).

Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista. Na realidade, isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional. E mais ainda, os novos interesses evitariam os mecanismos de controle e autoridade populistas, como o Congresso e a crítica pública que poderia ser dirigida aos interesses multinacionais e associados por parlamentares da oposição. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

Para o financiamento do Plano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual tinha na figura de Lucas Lopes o seu presidente, teve destacado papel. “Foi possível assim articular-se, sob a liderança de Lucas Lopes, uma equipe técnica formada por membros de diferentes origens institucionais – Itamarati, Cepal, FGV [...]”. (MOTTA, 1994, p. 107). É importante ter em conta que Lucas Lopes “[...] tinha participado das tentativas anteriores de planejamento e controle da economia brasileira – notadamente da comissão mista Brasil-EUA e da assessoria econômica de Getúlio Vargas no período 1950-1954.” (LAFFER, 2010, p. 35). Direta ou indiretamente, era por meio do BNDE que se realizava concessões de recursos nacionais ou por meio dele se contraía empréstimos internacionais assegurando o compromisso de seu pagamento. (LAFFER, 2010).

Uma análise geral do Plano de Metas leva à conclusão, aliás consagrada em boa parte da literatura sobre o tema, de que este fora bem-sucedido no que diz respeito ao cumprimento de uma etapa crucial do processo de industrialização via substituição de importações, qual seja, a conformação de uma indústria nacional de bens de capital e de insumos, verticalmente integrada, a despeito das lacunas porventura existentes em sua estrutura. (LESSA, 1981). O resultado foi um vigoroso crescimento da economia, alavancado pelo expressivo aumento da produção industrial nos mais diversos ramos, principalmente no tocante à indústria de equipamentos de transportes, impulsionado pelo setor automobilístico e pelos encadeamentos para frente e para trás, por ele, provocados.

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e

indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. (SKIDMORE, 1982, p. 84).

A despeito do crescimento logrado, três questões devem ser consideradas no tocante ao governo JK, as expõem os desafios que se impuseram à economia brasileira nos períodos subsequentes: I - Com o Plano de Metas findou um modelo de industrialização induzido a partir do estrangulamento externo e fomentado pelo financiamento inflacionário; II - O aprofundamento de disparidades setoriais, sociais e regionais; III - O estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, o que resultou na ampliação da participação do segundo em relação ao primeiro, configurando um quadro de dependência cada vez maior. Em relação ao primeiro, impôs-se a necessidade do investimento autônomo a fim de permitir a continuidade da dinâmica de crescimento econômico e, em relação ao segundo, destaque-se que o aumento da produção agrícola, no período, resultou mais da incorporação da fronteira de recursos do que do aumento de produtividade, constituindo um impedimento à integração campo-indústria, indispensável para o desenvolvimento. (LESSA, 1981).

A despeito do crescimento econômico observado, deve-se reconhecer que parcela importante do setor primário permaneceu débil; o aumento dos salários da classe trabalhadora se deu nos estratos mais qualificados e, finalmente, houve o recrudescimento das disparidades regionais, dado que o centro-sul do país concentrou o crescimento logrado¹³. (LESSA, 1981). No tocante ao terceiro elemento, a Instrução n.º 113, de que tratamos há pouco, ao garantir a importação de máquinas e equipamentos por parte de investidores estrangeiros, com cobertura cambial, assegurou condições vantajosas ao capital externo em relação ao capital nacional.

Tudo isso impunha uma inflexão estratégica com a opção por um desenvolvimento associado com o capital internacional, única forma de financiar uma industrialização tardia e periférica que jamais se tornou um projeto verdadeiramente nacional, ao estilo prussiano. [...] Finalmente, com JK, fez-se a opção definitiva por um padrão de financiamento fortemente dependente do capital estrangeiro e do uso pelo Estado do endividamento interno e externo, ou

¹³ Não se pode ignorar, no entanto, a criação, durante o governo JK, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, com o propósito de mitigar os problemas sociais da região. Sobre isto, ver: Oliveira, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

mesmo da inflação, como forma de *escorar* uma burguesia empresarial extremamente conservadora, protecionista e antipopular. (FIORI, 1995, p. 69-70).

No que se refere às mobilizações sociais, localizadas especialmente nos centros urbanos, o final do governo JK foi marcado pela insurgência de movimentos de trabalhadores e de demais setores da sociedade, apontando, portanto, a fragilidade do modelo político calcado no populismo. “O final da década de cinquenta testemunhou o florescer de atividades sindicais e de organizações de classes trabalhadoras, assim como de uma intensa mobilização estudantil e de debates no interior das Forças Armadas [...]”. (DREIFUSS, 1981, p. 36). Localizava-se nestes movimentos uma das principais razões que levaria à convulsão social nas vésperas do golpe de 1964. Segundo Dreifuss (1981, p. 36): “[...] foi o próprio Juscelino Kubitschek quem, ao falar na Escola Superior de Guerra, insistiu para que essa se dedicasse ao estudo da potencial ameaça subversiva de forças sociais desencadeadas pela modernização contra a ordem vigente.” Tendo sido constituída uma indústria de bens duráveis de produção, a qual atendia especialmente as camadas de altas rendas, diante de um processo inflacionário, que significava perdas salariais para a classe trabalhadora, somada à precariedade das condições de moradia nos centros urbanos e a germinação de uma consciência política por parte dos operários, o populismo não mais cumpria os desígnios para os quais fora empregado.

O período seguinte ao governo Kubitschek é marcado por um processo de aceleração inflacionária, dificuldades fiscais e deterioração do balanço de pagamentos, com o que o governo decidiu levar a cabo uma reforma do regime cambial (Instrução 204¹⁴ da SUMOC). Em linhas gerais, a reforma consistiu na desvalorização da taxa de câmbio e a adoção de letras de importação em lugar da aquisição de cambiais por parte dos importadores¹⁵. *Pari passu*, o governo negociou as condições de pagamento (reescalonamento) da dívida externa junto aos credores. (ABREU, 1990). Tendo durado pouco menos que sete meses, ao

¹⁴ Informações detalhadas sobre a Instrução n.º 204, ver: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-204>>

¹⁵ “O sistema anteriormente vigente, de diferir a entrega de cambiais aos importadores, foi substituído pelo sistema das Letras de Importação através do qual os importadores ao comprarem suas divisas eram obrigados a realizar operação colateral depositando no Banco do Brasil por 150 dias o valor em cruzeiros correspondente à importação e recebendo Letras de Importação.” (ABREU, 1990, p. 198).



breve governo de Jânio Quadros sucedeu-se um dos períodos mais conturbados da vida política brasileira, marcado pela ampliação da mobilização política por parte da classe trabalhadora. Somava-se a isto a dificuldade em se compatibilizar os interesses das camadas médias, das oligarquias tradicionais, dos industriais nacionais e, por fim, das multinacionais.

Nessa época, congressos nacionais de líderes sindicais já haviam recomeçado sua atuação a partir de onde haviam parado treze anos antes, com a diferença de que agora os congressos se organizavam em meio a uma classe trabalhadora industrial que havia se multiplicado e que se achava relativamente concentrada em termos regionais. [...] O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com inadequações burocráticas, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial. Tais reformas envolviam sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio. Os interesses multinacionais e associados tornaram-se cientes da impossibilidade de conseguirem o necessário reajuste extensivo da economia e da administração dentro de uma sociedade 'pluralista' e de um sistema político eleitoral. (DREIFUSS, 1981, p. 129).

Se a crise política desvelava a impossibilidade de manutenção das alianças entre as classes sociais com base numa política populista, a crise econômica tornava límpido o fato de que o padrão de acumulação instaurado com o processo de industrialização requeria, para sua autossuficiência (constituição de condições endógenas para a acumulação capitalista via capital industrial), transformações profundas na estrutura econômica do país. Emprega-se, aqui, o termo industrialização para, em concordância com Marini (2000, p. 139): “[...]designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital.”

Não é fortuita a relação entre a indústria nacional, os entraves para seu progresso, em certa medida advindos da questão da terra, isto é, da fragilidade do setor primário brasileiro - apoiado na concentração fundiária e no trabalho precário, de parca remuneração - e a questão agrária, elemento fulcral no contexto do golpe de 1964. Nesses termos é que a crise do populismo, dada a dificuldade de manutenção do *status quo* e a incorporação das massas ao trabalho e ao consumo, conforme apontado por Weffort (1980) coaduna-se à cisão horizontal apontada por Marini (2000), consubstanciada no processo inflacionário que levou à corrosão dos salários e, portanto, à redução dos níveis

de vida dos trabalhadores. Resta considerar que este processo guarda relação, em alguma medida, com a questão agrária de que se tratou há pouco, dado que o aumento dos preços agrícolas foi bem maior que os preços dos bens industriais entre 1949 e 1960, conforme expôs, em dados, Marini (2000).

Ademais do aumento do custo de vida, reflexo do encarecimento dos alimentos, a baixa mobilização política dos trabalhadores rurais impediu o enfrentamento da piora de suas condições de vida e de trabalho, advindas da modernização que vicejava no campo. Com isto, legiões de trabalhadores foram compelidos ao deslocamento em direção aos centros urbanos, à época em vertiginosa expansão. Este processo guarda relação com a crise ideológica sobre a qual se ancoravam as alianças entre as classes sociais durante a vigência do populismo na política brasileira. Ou seja, as condições rurais não mais permitiam a reprodução do domínio ideológico exercido pela burguesia agrária. Economicamente, o campo não mais atendia aos desígnios da industrialização, o que se devia mais pela crise externa e a queda do preço dos produtos agrícolas exportados do que por qualquer outro motivo.

Das exportações de produtos primários obtinha-se, em moeda estrangeira, os recursos que eram convertidos em lucros dos investidores estrangeiros. “À cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo.” (MARINI, 2000, p. 29). Ambas as cisões não significaram, no entanto, a eclosão de um quadro de instabilidade social marcado pela ausência de hegemonia burguesa ou de determinadas frações desta conforme defende Weffort (1980) e que teria levado à queda do presidente João Goulart em 31 de março de 1964.

Estamos em pleno acordo com Marini (2000) ao enunciar que com a radicalização política por parte da esquerda, a burguesia nacional se mobilizou e, ao debelar as forças antagônicas (algumas mais revolucionárias, outras de caráter apenas reformista), adrede tornara-se sócia menor da burguesia estrangeira. Reconhece-se a impossibilidade de permanência do populismo enquanto recurso ideológico por meio do qual a burguesia dominava politicamente a classe

trabalhadora, o que não consiste em admitir que seu fracasso tenha sido produto da ausência de hegemonia por parte da burguesia nacional, relegando o Estado à posição de entidade independente como argumentou Weffort (1980). Além disso, e em concordância com Marini, considera-se que a aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro, aprofundada a partir do golpe militar de 1964, investiu a economia e a sociedade brasileiras de um caráter subimperialista. Este aspecto apresenta-se indispensável para a análise do modelo de industrialização e da participação do Estado que viria em seguida. Sobre ele trata o próximo tópico.

O Governo Geisel, o II PND e a Indústria “Pesada”

A década de 1960 foi bastante tumultuada no plano internacional. A revolução cubana, ocorrida em 1959, e logo depois a crise dos mísseis, envolvendo diretamente a União Soviética¹⁶, fizeram com que os Estados Unidos partissem para uma ofensiva sobre a América Latina a fim de impedir qualquer influência das ideias comunistas. Além desse fato, em agosto de 1961 foi assinada a Carta de Punta del Este, com a participação do Brasil, por meio da qual firmou-se a chamada Aliança Para o Progresso¹⁷. A chegada de João Goulart se deu de forma bastante tumultuada. Se por um lado a tentativa de evitar a sua posse havia fracassado, por outro foi levado adiante um arranjo político que limitou os seus poderes, o que se deu por meio da instituição do parlamentarismo. ao poder trouxe desconfianças por parte dos credores do Brasil, bem como do governo estadunidense. “A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada por um bloco de poder popular., do qual participavam a burguesia industrial de

¹⁶ A crise dos mísseis teve como palco a ilha cubana e teve a duração de treze dias, de 16 a 28 de outubro de 1962. A tentativa fracassada, em ano antes, de invasão da ilha por parte dos Estados Unidos levou a que o governo cubano buscasse apoio na União Soviética, a qual forneceu mísseis balísticos para a defesa do território. Este fato abriu uma séria crise entre os EUA e a URSS, a qual foi solucionada mediante um pacto de retirada dos mísseis e o acordo de não agressão por parte dos EUA.

¹⁷ “Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).” (CPDOC, FGV, 2018.).

Para maiores detalhes, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>

porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais [...]” (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Em meio às dificuldades políticas, Goulart fez a propositura, nos últimos meses de 1962, de um plano econômico, denominado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, cujas diretrizes eram ortodoxas. Este Plano fez com que o Fundo Monetário Internacional e o governo estadunidense dessem algum crédito aos propósitos do governo brasileiro em matéria de política macroeconômica, especialmente o esforço de estabilização¹⁸. Diante de um contexto político cada vez mais delicado, marcado por insatisfação por parte de praticamente todos os segmentos da sociedade, Goulart optou pela radicalização política, aproximando-se dos trabalhadores. Já nos estertores de seu governo, tendo conquistado a restauração do presidencialismo, propôs a realização de reformas de base, dentre elas, a reforma agrária. Ressalte-se o fato de que Goulart havia adotado medidas que contrariavam frontalmente os interesses do capital estrangeiro, como a lei que limitava a remessa de lucros por parte de empresas multinacionais às suas matrizes.

As limitações das remessas de *royalties* forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente aquilo o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir em capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, ele tentou reajustar os salários mínimos, reajustar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Foi decretado também o primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária. Essa reforma visou a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira; quanto à dívida externa o governo objetivou reescalonar o seu pagamento renegociado com os países credores. Tais medidas forçaram a comunidade financeira dos Estados Unidos a aceitar as mesmas condições que os credores europeus. Além disso, o governo de João Goulart, seguindo as diretrizes iniciais de Jânio Quadros, fixou uma linha política independente para o Brasil dentro da Organização dos Estados Americanos, das Nações Unidas e outros organismos internacionais. Finalmente, João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxação da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a

¹⁸ Segundo Skidmore (1988, p. 37), “O plano Dantas-Furtado propunha a desvalorização do cruzeiro, o que elevaria o custo de importações como petróleo e trigo, que por sua vez elevaria o custo do pão e das passagens de ônibus – dois itens básicos no orçamento do trabalhador urbano. O plano também propunha a contenção dos aumentos salariais, outra medida impopular, pois a inflação já estava ultrapassando a casa dos 50 por cento.”

elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular. (DREIFUSS, 1981, p. 132).

Tais iniciativas garantiram a Goulart o reconhecimento por parte de intelectuais críticos, tais como Celso Furtado, Darci Ribeiro, Paulo Freire e Josué de Castro. (DREIFUSS, 1981) Contudo, o seu projeto reformista e distributivista não encontrou o devido apoio, especialmente por parte das frações burguesas da sociedade. Somava-se a um contexto econômico ruim (baixo crescimento e inflação) a insatisfação popular e, principalmente, por parte da oligarquia agrária e as empresas multinacionais. Unida em seus propósitos, a burguesia nacional estabeleceu um pacto com a burguesia estrangeira delegando, aos militares, o poder político. Enquanto títeres das burguesias, os militares asseguraram seus interesses à pretexto da manutenção da ordem, para o que lançaram mão de instrumentos ideológicos tais como os de “inimigo interno” e “guerra revolucionária”. O combate ao comunismo tornou-se, com efeito, o aparato ideológico através do qual os militares passaram a exercer o controle, a vigilância, a perseguição e, em alguns casos, a tortura e o assassinato dos opositores ao regime. (MARINI, 2013).

Do ponto de vista econômico, a chegada do general Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência da República e de sua equipe econômica, formada por Octavio Bulhões no Ministério de Fazenda e por Roberto Campos no Ministério do Planejamento, significou a adoção de um plano de estabilização, denominado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Em linhas gerais, o plano consistiu na redução dos níveis inflacionários, bem como na realização de reformas institucionais, destacadamente as reformas bancária e tributária, as quais foram cruciais para o crescimento econômico que ocorreria nos anos seguintes. É certo que tais reformas foram fundamentais para a emergência de um mercado de capitais no país, indispensável para o sucesso de uma economia capitalista. Contudo, a política salarial adotada teve resultados perversos para a classe trabalhadora. No tocante à atuação dos sindicatos, “a cobertura dos gastos e despesa dos sindicatos continuou sempre fortemente dependente dos recursos provenientes do então imposto sindical.” (RODRIGUES, 1974, p. 94). Isto



permitiu o controle do Estado sobre os sindicatos, além do fato de que após 1964 as greves praticamente deixaram de ocorrer, fruto da intervenção do governo nos principais sindicatos, bem como a eliminação das antigas lideranças. (RODRIGUES, 1974).

Cumprir considerar que, ao estabelecer nexos com as demais economias latino-americanas, fornecendo bens de consumo não duráveis e duráveis, manufaturas sem grande incorporação tecnológica, a economia brasileira encontrava demanda para preencher a lacuna deixada pelo mercado interno. Além disso, ao se industrializar em ramos com alta incorporação tecnológica (a exemplo da indústria automobilística) atendia-se a demanda advinda das camadas mais abastadas de sua população, ao passo que a massa de trabalhadores permanecia desprovida do acesso às mercadorias industrializadas em virtude dos baixos rendimentos. Assim, a acumulação de capital se realizava sem que, para isto, fossem superados os entraves estruturais à autossuficiência no processo de produção de riqueza e, portanto, à autonomia no crescimento econômico. De caráter ortodoxo, essa política tomava, por um lado, a inflação pela ótica da demanda, provocada por uma política de emissão monetária excessiva, e, por outro, produto de aumento dos custos, o que levou a um duro arrocho salarial. O sucesso do combate à inflação deveu-se, em grande parte, ao caráter autoritário do governo que, ao adotar uma fórmula oficial para o reajuste dos salários, pôs fim às negociações anteriormente levadas a efeito pelos próprios empregados junto aos empregadores.

A aplicação desta fórmula, conforme se viu, reduziu o salário mínimo a cada ano, de 1965 até 1974, enquanto o salário médio industrial caiu entre 10 e 15%, dependendo do deflator usado, entre 1965 e 1967. Desta forma, usando o poder, sobre a sociedade em geral e os sindicatos em particular, de que dispõe o governo autoritário, foi possível fazer diretamente aquilo que a ortodoxia pretende conseguir através da recessão e do desemprego: solucionar o impasse distributivo através da redução da parcela salarial. (LARA RESENDE, 1990, p. 229).

Ao questionar a natureza ortodoxa da política econômica do governo Castelo Branco, o economista André Lara Rezende (1990) faz uma observação que, a meu juízo é bastante pertinente: afirma que ao contrário da ortodoxia (a qual eu chamaria de convencional), a ortodoxia contida na política monetária em causa não lançou mão da restrição de liquidez, dado que ela foi proposta nos

quadros de um governo autoritário. Esse expediente, a restrição da liquidez, ao dar a impressão de que o ajuste da economia seria natural, eliminando os ineficientes ou mais fracos, seria praticável noutros contextos políticos, em regimes democráticos, o que definitivamente não era o caso. No nosso caso, não urgia colocar um véu (o ajuste promovido pelo mercado) sobre as injustiças econômicas perpetradas pelo regime.

Vencida a inflação, abriu-se uma via para a retomada dos investimentos em setores estratégicos da indústria, visando a integração entre seus ramos. O período pós 1967 foi marcado pela expansão do crédito, especialmente na construção civil por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), enquanto os salários prosseguiram sem reajustes *pari passu* o aumento dos demais preços. Singer (1976) enfatiza dois aspectos dessa política, quais sejam: o favorecimento daqueles que recebiam altos vencimentos, em detrimento dos demais trabalhadores e o fato de que o impulso dado à construção civil mobilizava uma série de setores da indústria, como a metalúrgica, a de minerais não metálicos e a de materiais elétricos. Abria-se, portanto, um novo contexto do processo de industrialização no país.

No período de 1968/71, a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano, a de material elétrico (na qual se inclui a de eletrodomésticos) cresceu 13,9% ao ano, ao passo que a indústria têxtil cresceu apenas 7,7% ao ano, a de produtos alimentares 7,5% ao ano e a de vestuário e calçados 6,8% ao ano. Como se vê, a produção de bens duráveis de consumo, que são comprados principalmente pelos grupos de elevadas rendas, cresceu a um ritmo duas a três vezes maior que a produção de bens não duráveis de consumo, que são adquiridos por toda a população. (SINGER, 1976, p. 112-113).

Com base nos dados apontados, é forçoso reconhecer que a partir de 1968, período em que estive à frente da equipe econômica Antônio Delfim Netto, houve substancial mudança nos rumos da industrialização brasileira, sendo que ao aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, fez-se acompanhar a ampliação das exportações de bens de consumo não duráveis e mesmo de algumas manufaturas. O primeiro, reflexo da crescente demanda dos estratos mais abastados da população e o segundo do aumento do consumo em países de economias avançadas, mas também de economias subdesenvolvidas, como as latino-americanas. Segundo Marini (2000), essa dinâmica de

acumulação engendrou dois fenômenos: o subimperialismo e a superexploração da força de trabalho, esta última impulsionada com a entrada de empresas estrangeiras em território nacional.

O primeiro seria produto da ofensiva sobre mercados para produtos que não encontrariam, internamente, demanda. O segundo, correlato ao primeiro, seria o mecanismo por meio do qual empresas multinacionais poderiam verter seus investimentos em altos lucros. Tal dinâmica garantiu altas taxas de crescimento do produto interno bruto e, por isso, configurou o chamado “milagre” econômico brasileiro; no ano de 1973, foi de 14 % o crescimento do PIB. Dadas as facilidades de entrada do capital estrangeiro (reduzidas taxas de juros de empréstimos em virtude da excessiva liquidez internacional), foi possível a ampliação da formação bruta de capital fixo, porém, em proporções menores do que o necessário para que se pudesse lograr autossuficiência no processo de acumulação, conforme aponta Singer (1976), ao tomar como exemplo o caso japonês. Diagnóstico semelhante foi àquele a que chegaram Tavares e Belluzzo.

Mais que isso: em condições de uma industrialização atrasada, por mais moderna e internacionalizada que seja, o baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital (e não o fato de ser tecnologicamente *dependente*) impede um crescimento auto-sustentado à *la* Tugan-Baranovsky, ou seja, impede que o milagre brasileiro tenha qualquer semelhança com os chamados milagres japonês e alemão. (TAVARES; BELLUZZO, 1984, p. 124, grifos dos autores).

Há que se considerar, destarte, que a debilidade do Departamento I em face do Departamento I e II resultou, por um lado, da própria dinâmica de acumulação que se estabeleceu internamente e, por outro, do modelo de conexão estabelecido com o setor externo (divisão internacional do trabalho, fonte de financiamento e de recursos tecnológicos). Reconhece-se, contudo, a relevância do financiamento externo do processo de industrialização no período, dado que em 1973, estágio de esgotamento do “milagre”, as reservas internacionais (6,4 bilhões de dólares) superavam a dívida externa líquida (6,2 bilhões de dólares), sendo que para o ano seguinte a dívida externa líquida superava em 6,6 bilhões as reservas internacionais¹⁹. A despeito das condições favoráveis ao financiamento do processo de industrialização, agora em estágios

¹⁹ Dados disponíveis na obra *Economia brasileira*, organizada por José Márcio Rego e Rosa Maria Marques.

superiores da pirâmide, a sociedade não pôde desfrutar dos louros do crescimento observado, exceto os mais ricos, parcela diminuta da população.

A apropriação da renda pelos 50% de assalariados mais pobres passou de 17,6% da renda total em 1960 para 15,0 % em 1970. Já a renda apropriada pelos 10% mais ricos aumentou de 39,7% da renda total em 1960 para 47,8% em 1970. (REGO; MARQUES, 2013, p. 110).

Em condições periféricas, o “milagre” alcançado não implicou na melhoria dos padrões de vida da classe trabalhadora. Com exceção dos trabalhadores qualificados, empregados em setores cujas tarefas exigem algum grau de sofisticação, a maioria teve expressivas perdas salariais. Com efeito, a dinâmica de acumulação que aqui se estabeleceu, ancorada na superexploração da força de trabalho, foi correlata ao modelo político autoritário em vigência. Não seria diferente, dado que “[...] uma renda distribuída desigual e injustamente é o produto de uma estrutura de poder organizada desigual e injustamente.” (GUIMARÃES, 2008, p. 203). Sob uma ditadura, qualquer voz de oposição poderia ser alvo de toda sorte de violência, desde prisões, torturas e até mesmo a morte. “O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância - censura - repressão.” (NAPOLEONI, 2014, p. 128).

O autoritarismo do regime garantiu uma aparente ordem social diante de um modelo econômico altamente perverso para a classe trabalhadora. É importante ter em conta que o “milagre” se deu nos quadros de um Estado que instituiu, por meio do Ato Institucional n.º 5²⁰, o período mais duro da ditadura. Por meio dele, o presidente da República cassou parlamentares, determinou recesso do Congresso Nacional, suspendeu direitos políticos e perpetró outros atos contra as liberdades individuais. “O AI-5 assinalou a passagem da repressão a uma etapa nova, a um nível mais elevado, fascistizante.” (KONDER, 1980, p. 119). Dispostos a enfrentar o regime, diversos militantes políticos, intelectuais e estudantes engrossaram as fileiras dos movimentos clandestinos que, à época, surgiam. Alguns deles, os mais aguerridos, corajosamente se orientaram pela luta armada. “Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos; ataques de surpresa a quartéis ou a postos

²⁰ Sobre o AI-5, ver: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>

policiais; propaganda armada.” (REIS, 2014, p. 74). Muitos dos opositores ao regime foram barbaramente torturados, outros tantos assassinados ou passaram a constar da lista de desaparecidos, sem contar àqueles que permaneceram presos ou foram exilados.

A perseguição e o massacre daqueles indivíduos considerados “subversivos” tornaram-se uma política institucionalizada, conduzida sob a égide do conceito de guerra interna ou guerra revolucionária. “Por essa lógica, todos eram suspeitos até que se provasse o contrário.” (NAPOLITANO, 2014, p. 128). Tomado de empréstimo dos franceses, os quais dele fizeram uso nos conflitos contra vietnamitas na Indochina e argelinos que pertenciam a Frente de Libertação Nacional, o conceito de guerra revolucionária balizou inúmeras ações violentas, verdadeiras barbaridades, perpetradas contra qualquer indivíduo que se opusesse ao regime. Não apenas homens, mas também mulheres, algumas grávidas, e mesmo crianças foram submetidos às sevícias de seus algozes. Alguns dos relatos que constam no livro *Brasil: nunca mais*, produzido pela Arquidiocese de São Paulo e publicado em 1985, são estarrecedores e apontam o nível de degradação física e psicológica impingidos às vítimas. Não se pode, inclusive pela importância histórica desse período, ignorar que estes crimes foram chancelados pelo Estado, sendo que muitos deles eram de conhecimento de militares de alta patente e mesmo do presidente da República²¹.

O período seguinte ao “milagre” brasileiro foi marcado por um contexto econômico internacional desfavorável. O abandono por parte dos Estados Unidos do padrão-ouro, em 1971, bem como o choque do petróleo, ocorrido em 1973, promoveram uma recessão em termos mundiais. Especialmente a segundo evento trouxe sérios prejuízos ao Brasil, dada a sua dependência de importação de petróleo. (REIS, 2014). Ainda assim, a opção política foi a de um esforço de superação dos limites estruturais da economia por meio da tentativa de consolidação do Departamento I. Para tanto, o governo do general Ernesto Geisel, por meio do ministro do planejamento João Paulo dos Reis Velloso, lançou mão de um ambicioso plano econômico, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o

²¹ Sobre isto, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/medici-sabia-das-torturas-em-hospital-no-rio-diz-comissao-da-verdade.html>>

qual, segundo Castro e Souza (1985) visava superar, concomitantemente, a crise e o subdesenvolvimento.

Nessa conjuntura adversa, a ditadura brasileira preferiu uma política de *fuga para a frente*. Subestimou os obstáculos e lançou, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a meta ambiciosa de completar o processo esboçado nos anos Médici, que formulara o I PND em 1971. O país era imaginado como uma ilha de prosperidade, de tranquilidade e de paz num mundo marcado por crises e convulsões. Havia que se caminhar para a frente. Fechar o ciclo iniciado nos anos 1930 e conquistar a autonomia, com o Estado e as empresas estatais como fatores propulsores de um desenvolvimento econômico que haveria de se dar segundo os *interesses nacionais*." (REIS, 2014, p. 95).

Para sua execução, os empréstimos internacionais foram decisivos, bem como a participação do Estado por meio da grande empresa estatal e da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada via BNDE. "Os gigantes investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa." (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 38). O II PND apontou como prioridades os setores de energia, petróleo, mineral, siderúrgico e indústria de bens de capital de modo geral, ou seja, setores que requeriam longo período de maturação e que, portanto, promoveriam baixa rentabilidade no curto/médio prazo.

Na esteira do que afirmou Castro e Souza (1985), fez-se clara opção pelo financiamento da indústria pesada, especialmente no setor energético-intensivo (petrolífero) que, por sua particularidade, só pode apresentar viabilidade no longo prazo, dado que todos os demais consomem tais recursos. Em linhas gerais, o II PND logrou certo êxito no tocante à alteração da estrutura produtiva e, de certa maneira, na consolidação do processo de industrialização brasileiro. A execução dos grandes projetos de investimento resultou, contudo, no crescente déficit em transações correntes e no paulatino aumento dos níveis inflacionários. Fracassou, ainda, na promoção de distribuição de renda e, portanto, de melhoria das condições de vida da parcela mais pobre da população. (CASTRO; SOUZA, 1985).

O projeto do Estado Nacional autoritário levantado em 1974 não só não conta com apoio popular, porque nada tem a ver com ele, como conta apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com um setor restrito da grande empresa internacional (os setores cartelizados de bens de equipamento pesado), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficam fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a

demanda da indústria pesada não favorece. Daí a grita contra a estatização. À margem do movimento de acumulação industrial, mas beneficiando-se dos excedentes não-reinvestíveis da grande empresa e valendo-se da aceleração inflacionária, provocada por uma forte inversão nas tendências dos preços, prospera o setor financeiro, a quem o endividamento interno e externo favorece sobremaneira. (TAVARES; BELLUZZO, 1984, p. 133).

O período pós 1974 na economia brasileira corrobora a análise que Marini (2012) realizou acerca do ciclo do capital na economia dependente. Este ciclo foi marcado pelo papel central ocupado pelo Estado ao realizar a transferência de mais-valia para a iniciativa privada, possível graças aos investimentos públicos em infraestrutura, por exemplo. Neste desiderato, contudo, a empresa estatal não conquistou envergadura suficiente para, a despeito da sua importância, promover a acumulação com base nos interesses autônomos e soberanos do Estado. Problemas de ordem macroeconômica e de financiamento, acrescidos aos impasses políticos decorrentes da ausência de apoio à estatização, revelaram que Geisel havia sido, nos dizeres de Fiori (1995) um *prussiano rejeitado*, premido pelo antagonismo entre os anseios desenvolvimentistas e a pressão por parte de grupos conservadores. Ao explicar a crise da dívida nos anos 1980, de certo modo uma herança do II PND, afirma:

Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambiguidade estratégica do II PND, dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora, entre seu projeto de Nação-potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. (FIORI, 1995, p. 73).

A explicação para a dificuldade de promoção do desenvolvimento econômico no período guarda relação com a dinâmica ocupada pelo ciclo da acumulação. Nele, a empresa estrangeira levava vantagem em relação à nacional, produto da assimetria tecnológica e das dificuldades que a segunda encontrava em relação à primeira na obtenção de financiamentos. No tocante à relação capital-trabalho, ele teve como característica a superexploração da força de trabalho e, portanto, a sobreacumulação de capital, dado que os salários pagos eram muito baixos. Não se pode ignorar, contudo, a progressiva organização da classe trabalhadora por meio dos sindicatos no final da década de 1970, o que se tornou um importante fator para a transição política rumo à democracia. Tudo isso, não sem antes reorganizar institucionalmente o país por meio de reformas

que passavam pela anistia aos políticos cassados pela ditadura e [...] a reforma partidária. (MAZZEO, 1999, p. 145).

Conclusão

Ainda que o Brasil tenha alcançado a consolidação de sua indústria por meio da instalação de setores intensivos em capital, com longo prazo de maturação e caracterizados por denso conteúdo tecnológico, isto não promoveu a ruptura com um modelo econômico marcado pela concentração de renda e de riqueza e tampouco resultou em um modelo político cujas condições para o exercício da cidadania estejam plenamente asseguradas. A resposta para tal constatação conduz, inexoravelmente, ao estudo do processo de constituição da indústria nacional e o papel ocupado pelo Estado. De uma indústria inicialmente “restringida” até a indústria “pesada” foram vários os papéis ocupados pelo Estado. Contudo, há que se ressaltar dois papéis decisivos: o de convergência de interesses e promoção de alianças entre classes sociais durante o período varguista, economicamente sustentado pela substituição de importações no que concerne o processo de industrialização nacional e, em segundo lugar, o autoritarismo emanado na ditadura militar e o estreitamento do vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro, desaguando na incessante busca pela consolidação da indústria nacional.

Ambos os contextos deslindam as estratégias encetadas pela burguesia nacional para o alcance de seus propósitos. Em face das transformações sociais, primeiramente com a incorporação de homens e mulheres no trabalho e no consumo (populismo varguista) e, em seguida, com o sufocamento das reivindicações advindas dos trabalhadores rurais e urbanos (golpe militar de 1964), o Estado enfeixou estratégias de acomodação de interesses, ainda que isto tenha significado o uso da força, a supressão de direitos políticos e a violação de liberdades individuais. Em todos os casos, no entanto, o Estado se fez presente por meio da criação de instituições e de políticas de planejamento econômico, indispensáveis por seu turno aos desígnios da acumulação de capital. Destaque-se o Plano de Metas e o II PND. O primeiro foi responsável por importantes avanços na indústria de bens de capital e de insumos, além, é claro, dos avanços



na infraestrutura, sobretudo em matéria de rodovias e o segundo propiciou a execução de grandes projetos de investimento em setores estratégicos (mineral, energético, petrolífero etc.) bem como vultosos financiamentos destinados à indústria de bens de capital.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1960-1964. In: ABREU, M. P (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 197-212.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 13-68.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.



FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LAFFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, B. (org.). *Planejamento no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010, pp. 29-50.

LARA RESENDE, André. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 213-231.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOJKINE, Jean. A análise marxista do Estado. *Espaço e Debates*. Ano 1, n.º1, jan. 1981. São Paulo: Cortez Editora, pp. 55-59.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Emir Sader (org.). Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada*: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly Silvia da. Economistas: intelectuais, burocratas e “mágicos”. In: GOMES, A. C. (org.). *Engenheiros e economistas*: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 82-131.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1972.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria [orgs.]. *Economia Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 122-140.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: SERRA, J. (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 210-251.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Páginas consultadas

Instrução n.º 113. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>>
Acesso em: 20 set. 2019.

Instrução n.º 204. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-204>>
Acesso em: 20 set. 2019.

USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). (CPDOC, FGV, 2018.). Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>> Acesso em: 20 set. 2019.

AI-5. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>
Acesso em: 09 mai. 2020.

G1. Médicos sabiam das torturas em hospital no Rio, diz Comissão da Verdade. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/medicos-sabiam-das-torturas-em-hospital-no-rio-diz-comissao-da-verdade.html>> Acesso em: 10 mai. 2020.



Estado Burguês, Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil (1930-1980)

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir o papel do Estado no processo de constituição, expansão e consolidação da indústria na economia periférica brasileira. No primeiro momento é realizada uma exposição do que convencionou-se denominar de industrialização “restringida” e a constituição do Estado burguês no Brasil durante a era Vargas. No segundo, enfatiza-se a industrialização que se fez observar durante a implementação do audacioso Plano de Metas proposto por Juscelino Kubistchek. No terceiro e último é realizada uma abordagem acerca da consolidação do processo de industrialização levado a efeito durante a ditadura militar, mormente no período do chamado “milagre” econômico e nos marcos do II PND, o qual teve vigência entre os anos de 1974-1979, durante o governo do general Ernesto Geisel. O artigo consiste numa revisão crítica acerca do processo de industrialização brasileiro, sustentando-se, teoricamente, tanto nas contribuições de autores do chamado método histórico-estrutural quanto na teoria marxista da dependência.

Palavras-chave: Estado. Planejamento. Industrialização. Capitalismo.

Bourgeois State, Economic Planning and Industrialization in Brazil (1930-1980)

Abstract

The article aims to discuss the role of the State in the process of constitution, expansion and consolidation of industry in the Brazilian peripheral economy. In the first moment, there is an exhibition of what was conventionally called “restricted” industrialization and the constitution of the bourgeois state in Brazil during the Vargas era. In the second, the industrialization that was observed during the implementation of the audacious Plano de Metas proposed by Juscelino Kubistchek is emphasized. In the third and last one, an approach is taken about the consolidation of the industrialization process carried out during the military dictatorship, especially in the period of the so-called economic “miracle” and in the milestones of the II PND, which was in force between the years 1974-1979, during the government of General Ernesto Geisel. The article consists of a critical review about the Brazilian industrialization process, based, theoretically, on the contributions of authors of the so-called historical-structural method and on the marxist theory of dependence.

Keywords: State. Planning. Industrialization. Capitalism.

Estado Burgués, Planificación Económica e Industrialización en Brasil (1930-1980)

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir el papel del Estado en el proceso de constitución, expansión y consolidación de la industria en la economía periférica brasileña. En el primer momento, hay una exhibición de lo que convencionalmente se llamó industrialización “restringida” y la constitución del estado burgués en Brasil durante la era Vargas. En el segundo, se enfatiza la industrialización que se observó durante la implementación del audaz Plan de Metas propuesto por Juscelino Kubistchek. En el tercero y último, se adopta un enfoque sobre la consolidación del proceso de industrialización llevado a cabo durante la dictadura militar, especialmente en el período del llamado “milagro” económico y en los hitos del II PND, que estuvo en vigor entre los años 1974-1979, durante el gobierno del general Ernesto Geisel. El artículo consiste en una revisión crítica sobre el proceso de industrialización brasileño, basado, teóricamente, en las contribuciones de los autores del llamado método histórico-estructural y en la teoría marxista de la dependencia.

Palabras clave: Estado. Planificación. Industrialización. Capitalismo.